

Leonidas acusa minoria de dominar Assembleia e ignorar déficit público

BRASÍLIA — O Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, mostrou-se muito apreensivo com o quadro que o País está vivendo. Durante a reunião do Ministério, ontem, ele observou que não está notando a preocupação de grande número de constituintes com o déficit público e citou como exemplo o texto do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral sobre a

anistia para os militares, que significará uma despesa adicional de CZ\$ 50 bilhões.

Acrescentou que, a par das repercussões internas nas forças militares, este fato foi objeto de ponderações feitas por ele e pelos Ministros da Marinha e da Aeronáutica aos constituintes. Por isso, não compreendia como um Governo que tem maioria expressiva na Constituinte não fazia valer os seus pontos-de-vista. Isto, segundo o Ministro Leonidas, está sendo observado nas Forças Armadas, particularmente no Exército, e ele esperava que os líderes ali presentes compreendessem essas preocupações e as levassem aos seus liderados, para que o texto da nova Constituição venha a refletir a sentimento médio do povo brasileiro, que é moderado. De acordo com o Ministro, é absolutamente inaceitável que a Constituinte seja dominada pelo pensamento de minorias extremadas sem o respaldo da opinião pública.

A intervenção do Ministro do Exército foi o momento mais tenso da reunião ministerial, segundo um participante. Quando terminou, Leonidas recebeu apoio imediato e entusiasmado do Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço. O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tentou responder ao General, mas o Presidente José Sarney tomou a palavra e encerrou a reunião, às 13h25m, com uma frase: "Vamos trabalhar juntos".

Antes de Leonidas, o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, defendeu o saneamento das finanças públicas argumentando que a transição democrática depende do controle da economia. Em seguida, o Presidente pediu a cada Ministro que colaborasse com as Lideranças do Governo na

Constituinte, oferecendo sugestões relativas às suas pastas: "Trata-se de um pedido, e lembro que não temos mais tempo para isso, em face do cronograma da Constituinte. É, portanto, uma tarefa urgente". Sarney deu como exemplo a mineração, dizendo que com o que dispõe o anteprojeto ela se torna praticamente impossível. E pediu a todos os Ministros que falassem com franqueza.

Após a exposição do Presidente, o Ministro do Exército cobrou dos Ministros e Líderes presentes solidariedade ao Governo, a fim de que o anteprojeto expresse a vontade política do Governo. Dizendo-se preocupado com o déficit público e ressaltando que os constituintes não devem pensar só no momento atual, mas também no futuro, citou o artigo 32 do anteprojeto, no que diz respeito à aposentadoria dos ex-combatentes. Aprovado em sua forma atual, de acordo com o Ministro, o valor da aposentadoria passaria de CZ\$ 4 mil para CZ\$ 22 mil. E, só no Exército, segundo ele, existem 20 mil pessoas nesta situação.

Já a solução encontrada pelo anteprojeto para a anistia significará, segundo ele, uma despesa adicional de CZ\$ 50 bilhões (CZ\$ 10 bilhões na Marinha, CZ\$ 15 bilhões na Aeronáutica e CZ\$ 25 mil no Exército). E pediu permissão ao Presidente para fazer algumas considerações: disse que está apreensivo, como muita gente, e gostaria de aproveitar a presença dos líderes da Aliança Democrática para manifestar suas preocupações, uma vez que, depois de consultas aos constituintes e a seus assessores parlamentares, observou que "a vontade política do Governo não está vigorando na Constituinte". Não está vigorando também, segundo o Minis-

tro, junto à "maioria moderada" (os aliados do Governo na Assembleia). Deixou claro que mais tarde, no plenário, será ainda mais difícil alterar o texto do anteprojeto.

Por tudo isso, disse esperar o apoio dos políticos e dos partidos que sustentam o Governo modificassem este quadro, sob pena de o País não ter uma Constituinte que corresponda "aos desejos da maioria do povo brasileiro, que é moderado", e sim aos interesses de políticos ressentidos e preconceituosos que não pensam na grandeza futura do País.

Quando o Ministro terminou, o Presidente Sarney fez mais algumas considerações e o Deputado José Lourenço disse acreditar que a proposta que está sendo apresentada não é definitiva e que o texto definitivo estará em sintonia com as aspirações da sociedade brasileira.

O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, reuniu-se no início da noite de ontem com o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, para uma rápida análise das declarações do Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, durante a reunião ministerial no Palácio do Planalto. Lourenço disse que encontrou-se com Ulysses porque "o PMDB e o PFL dividem a responsabilidade no processo de elaboração da nova Constituição" e a ninguém interessa "transformar a Constituinte em fato gerador de crises".

Logo depois do encontro com José Lourenço, o Presidente do PMDB e da Constituinte deixou o seu gabinete visivelmente preocupado com o episódio, mas se absteve de fazer qualquer comentário sob a alegação de que ainda não havia tomado conhecimento integral das afirmações do Ministro do Exército.



A partir da esquerda, Bresser, Leonidas, Brossard, o Presidente Sarney e Anibal Teixeira

Militares não aceitam quatro temas do texto

BRASÍLIA — Dois artigos, um sobre o papel das Forças Armadas, condicionado à "iniciativa expressa dos poderes constitucionais na defesa da ordem constitucional", e outro sobre o aproveitamento e aposentadoria dos ex-combatentes na Segunda Guerra Mundial, motivaram a reação crítica do Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, ao substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral.

Mas o Ministro não se queixou apenas das dificuldades na sua Arma. Sua queixa, segundo informações colhidas no Palácio do Planalto, abrange as preocupações de todo o Governo. O sistema parlamentarista de governo preconizado pelo substitutivo soma-se à concessão da anistia restrita aos militares cassados como origem do descontentamento. A anistia foi, desde o início da Constituinte, mesmo na fase das subcomissões, como lembrou Leonidas ontem, a principal preocupação dos militares.

No fim dos trabalhos da Comissão de Organização Eleitoral e da Defesa do Estado e das suas Instituições, cujo Relator foi o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), os militares supunham que a questão estava encerrada. Depois de exaustivas negociações, chegou-se à fórmula de anistia parcial, sem reintegração dos cassados e sem indenização.

Nos dois últimos dias, com a manutenção da proposta original no anteprojeto de Bernardo Cabral, os meios militares deram os primeiros sinais de irritação. O Ministro Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, insistiu com o Relator para que alterasse sua proposta, advertindo-o de que as Forças Armadas a considerariam um confronto.

O Presidente José Sarney chegou a convidar o Deputado ao Palácio da Alvorada para ponderar que a insistência na sua proposta poderia criar um impasse institucional grave e que as Forças Armadas haviam cedido ao "limite do razoável". O texto foi alterado, mas não no ponto desejado por Sarney e os militares.

Até a noite de terça-feira, o substitutivo incluía um artigo que permitia a revisão judicial não só das cassações, mas de todos os atos do movimento de 1964. Ficou claro para o Deputado — depois de outras conversas que incluíram o General Leonidas —, que os militares não aceitariam o texto original. O substitutivo atual aproxima-se um pouco mais do desejado pelos militares, mas, como observou o Ministro do Exército, vai onerar em demasia os cofres públicos.

Em relação ao parlamentarismo, a principal restrição da área militar é a vinculação dos Ministros militares ao Primeiro-Ministro, e não ao Presidente da República. Os militares argumentam que a chefia das Forças Armadas não poderia ficar sujeita à instabilidade do Gabinete.

Dentro desse quadro — de conversas preliminares e avisos bastante claros —, o Palácio do Planalto está certo de que as declarações de Leonidas não chegaram a surpreender os presentes na reunião ministerial.

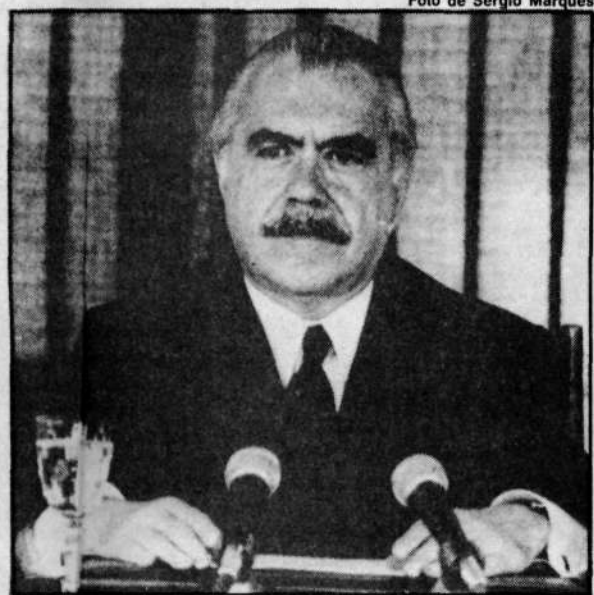
O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, está neste caso.

— Nesta questão do papel das Forças Armadas, por exemplo, acho que não deveriam retirar termos como da lei e da ordem constitucional e incluir a "iniciativa expressa" dos poderes constituintes. Estas incluições poderiam ocorrer numa segunda etapa, depois de sentir a reação do plenário e da sociedade.

O condicionamento das Forças Armadas à iniciativa expressa dos poderes constitucionais está bastante explícito no artigo 192. Ele estabelece: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional".

Governo vai apresentar sugestões para o anteprojeto de Constituição

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney recomendou a todos os membros do Governo o exame minucioso do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com o objetivo de apresentar sugestões que possam ser transformadas em emendas pelas lideranças da Aliança Democrática. A recomendação foi o ponto principal da reunião, ontem, do Ministério. Após o encontro, o Presidente explicou que a recomendação obedece à sua convicção de que a experiência de Governo e o conhecimento dos Ministros sobre a realidade



Sarney, na reunião, não tocou no sistema de governo

de brasileira devem ser aproveitados na atuação da Aliança Democrática. Ele assegurou não ter tocado, duran-

te a reunião, diretamente no tema do sistema de governo.

O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, revelou que o Presidente Sarney lhe determinou colocar a Consultoria Geral à disposição dos constituintes, para a elaboração de emendas:

— Nós não vamos propor emendas, mas daremos todo o apoio possível e necessário para que aqueles que queiram apresentar emendas tenham na Consultoria o meio de dar-lhes redação e embasamento jurídico.

Saulo também disse que o Governo está disposto a lutar de todas as maneiras pelo sistema presidencialista e que o Presidente José Sarney só não se referiu diretamente ao problema, na reunião de ontem, por julgar desnecessário. O Consultor Geral falou com os repórteres ao dirigir-se ao gabinete presidencial para discutir, a chamado de Sarney, o substitutivo de Cabral, que criticou: "Está difícil de ler todo".

te a reunião, diretamente no tema do sistema de governo.

Após início monótono, críticas do General agitam o ambiente

BRASÍLIA — A intervenção do Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, criticando o anteprojeto da nova Constituição, teve como efeito imediato o de prender a atenção dos demais ministros e parlamentares. Até então, a reunião ministerial da manhã de ontem transcorria monótona, pela falta de objetividade.

Durante 35 minutos, o Presidente Sarney, 26 ministros e cinco líderes da Aliança Democrática ouviram do Ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, um rosário de queixas pela dificuldade em reduzir o déficit público. Depois, foi a vez dos demais ministros falarem sobre a situação de suas Pastas.

Em sua primeira intervenção, o General Leonidas Pires Gonçalves disse que concordava com as argumentações em favor dos cortes no déficit público, alinhadas pelo Ministro Bresser Pereira, mas que no Exército isso seria prática-

mente impossível. Afinal, segundo o Ministro, no orçamento destinado para seu Ministério faltavam CZ\$ 1 bilhão para atender apenas às necessidades básicas. Diante da queixa do General Leonidas, o Ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, tratou logo de esclarecer que ocorreria um "engano" na Seplan e o orçamento seria refeito.

Foi quase ao final da reunião ministerial que o General Leonidas consultou um pequeno bloco de anotações, onde colocara suas ponderações, e criticou o anteprojeto da Constituição elaborado pelo Deputado Bernardo Cabral. Sentado na terceira cadeira à direita do Presidente Sarney, o Ministro do Exército disparou suas críticas para um alvo próximo a ele: 11 cadeiras à direita do Ministro estava sentado o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, um dos principais

auxiliares de Bernardo Cabral.

A prova de que o objetivo do Ministro do Exército fora atingido surgiu logo após o encerramento da reunião. Em seguida às palavras finais do Presidente, o Líder Fernando Henrique dirigiu-se rapidamente ao General Leonidas. A tarde, durante reunião no Ministério da Ciência e Tecnologia, Fernando Henrique deixou transparecer o golpe produzido pelas críticas de Leonidas. Visivelmente abatido, Fernando Henrique foi abordado pelo Senador Virgílio Távora (PDS-CE):

— Você parece que perdeu a cabeça em algum lugar — comentou Virgílio.

— É, eu perdi mesmo e o Chiarelli sabe onde — respondeu o Líder do PMDB, apontando para o Senador gaúcho, que também compareceu à reunião ministerial.